

Legislação

Segurança do trabalhador rural

Gilberto Cifuentes Dias Araújo¹

Marlusa Gosling²

Paulo César Hardoim³

O MERCADO dos grandes centros no Brasil e do mundo não exige apenas resultado de produtividade, mas também uma gestão com qualidade total, respeito ao meio ambiente, segurança do trabalho e saúde ocupacional.

O Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional (SGSSO) torna-se, assim, uma ferramenta para redução de perdas no processo produtivo das empresas agroindústrias, pois é uma exigência legal, conforme a:

- Lei nº 6514/77, de 22 de dezembro de 1977, Capítulo V, do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho;
- Portaria nº 3214, de 08 de Junho de 1978, relativa à aprovação do Capítulo V (da Lei nº 6514/77), que aprova as Normas Regulamentadoras (NRs).

Dentre as NRs, está a Norma Reguladora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura – NR 31 (Portaria n.º 86, de 03 de março de 2005 - DOU de 04 de março de 2005).

A Portaria nº 3067, de 12 de abril de 1988, foi criada para tipificar o disposto no Artigo 13 da Lei nº 5889/73, que estatui normas reguladoras do trabalho rural.

Aprovada e em vigor desde março de 2005, a NR 31 foi um grande passo para o SGSSO do meio agrícola, mas ainda pode ser melhorada, nos moldes do que foi feito na NR-18 e na NR-22, com planos específicos para trabalhos na construção civil e na mineração, respectivamente.

Instituições pesquisam a segurança e saúde no trabalho rural, como indicam os manuais da Fundacentro (Fundação

Acidente do trabalho

Decreto nº 611/92 de 21 de julho de 1992, Art. 139 – Ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, ou ainda, pelo exercício do trabalho dos segurados especiais, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, a perda ou redução da capacidade para o trabalho, permanente ou temporária.



Jorge Duprat Figueredo de Segurança e Medicina do Trabalho).

O interesse acadêmico pode ser evidenciado em eventos científicos, como a promoção anual da Associação Brasileira de Ergonomia e o Simpósio Brasileiro sobre

Ergonomia e Segurança do Trabalho Florestal e Agrícola.

A busca por vantagens competitivas faz com que as organizações e os governos se preocupem cada vez mais com a saúde dos trabalhadores, para maior produtividade e menores custos.

Como possuem potencial agressivo à saúde e integridade física dos trabalhadores, os riscos laborais apontados na legislação nacional são divididos em cinco classes, para facilitar o seu entendimento e auxiliar na sua identificação e indicar possíveis meios de tratamento.

Os riscos existentes em um local de trabalho podem gerar agravos à integridade física dos trabalhadores. A tecnologia presente hoje permite que possam ser previstas possíveis falhas, além de antecipar os acidentes e doenças.

O trabalho agrícola apresenta riscos ocupacionais com gravidade variável, como a exposição a agrotóxicos, intempéries, desgaste físico, animais peçonhentos, dentre outros.

A assistência médica corresponde aos segurados que receberam apenas atendimentos médicos para sua pronta recuperação para o exercício da atividade laborativa.

A incapacidade temporária compreende os segurados que ficaram temporariamente incapacitados para o exercício de sua atividade laborativa.

Como exemplo de riscos associados ao agronegócio, podemos citar o físico, ruído, calor, umidade proveniente de atividades a céu aberto ou em galpões e radiações de origem solar. Em termos de legislação, apesar de comprovadamente ocasionarem câncer de pele, as radiações

ultra-violetas (UV) provenientes do Sol não fazem parte dos riscos laborais.

Os efeitos de agentes caracterizados como riscos químicos no organismo podem ser inertes, alérgicos ou tóxicos, desde uma simples alergia, bronquite ou um resfriado até doenças fatais como asbestose, silicose ou, no caso de cortadores de cana, a bagaçose. O efeito causado pela exposição a esses agentes dependerá diretamente da constituição química das partículas presentes somada à quantidade presente no ambiente e o tempo de exposição.

Os riscos biológicos se relacionam com os microorganismos que podem agredir a saúde e a integridade física de trabalhadores que exercem suas atividades laborais. Em termos de trabalho rural, é importante considerar os agentes biológicos com alta probabilidade de transmissão de doenças como dengue, leptospirose ou doenças virais.

A ergonomia é a ciência que estuda a adaptação do meio produtivo ao trabalhador, proporcionando, assim, que o ambiente de trabalho esteja cada vez próximo da realidade humana, minimizando os distúrbios funcionais no organismo do trabalhador. Assim, riscos ergonômicos podem ser identificados a partir da análise integral da tarefa, contemplando as fases de execução, ciclos de trabalho, carga de trabalho e descanso (caso seja necessário) e riscos em cada ponto da atividade.

No Brasil, a falta de um modelo de prevenção aos acidentes de trabalho, e o descumprimento das normas, ressaltam um duplo aspecto que reduz o crescimento do país: um elevado gasto em benefícios decorrentes de acidentes trabalho por parte do governo e perda da produtividade por parte das empresas devido aos custos dos acidentes.

Acidentes no futuro podem ser evitados por meio da aplicação das lições aprendidas com os passados mas, para isso, é necessário um banco de dados abrangente e completo. Assim, é importante estudar a percepção dos trabalhadores rurais sobre os tipos de riscos laborais, para que, de posse de informações de situações reais, seja possível propor melhorias nos siste-

Definição dos acidentes do trabalho, de acordo com o INSS (1998)

Acidente	Definição
Típico	Decorrente da atividade profissional desempenhada pelo acidentado;
Trajetos	Entre a residência e o local do trabalho do segurado;
Doença Profissional	Peculiar a determinado ramo de atividade econômica constante de tabela da Previdência Social (Anexo II do Decreto 611/92)
Registrado	Processos abertos administrativa e tecnicamente pelo INSS.
Liquidados	Processos encerrados administrativamente pelo INSS, depois de completado o tratamento e indenizadas as seqüelas

Classificação dos principais riscos operacionais

Grupo 1 Verde	Grupo 2 Vermelho	Grupo 3 Marrom	Grupo 4 Amarelo	Grupo 5 Azul
Riscos Físicos	Riscos Químicos	Riscos Biológicos	Riscos Ergonômicos	Riscos Acidentes
Ruídos	Poeiras	Vírus	Esforço físico intenso	Arranjo físico inadequado
Vibrações	Fumos	Bactérias	Levantamento e transporte manual de peso	Máquinas e equipamentos sem proteção
Radiações ionizantes	Névoas	Protozoários	Exigência de postura inadequada	Ferramentas inadequadas ou defeituosas
Radiações não-ionizantes	Neblinas	Fungos	Controle rígido de produtividade	Iluminação inadequada
Frio	Gases	Parasitas	Imposição de ritmos excessivos	Eletricidade
Calor	Vapores	Bacilos	Trabalho em turno e noturno	Probabilidade de incêndio ou explosão
Pressão anormal	Substâncias, compostas ou produtos químicos em geral		Jornadas de trabalho prolongadas	Armazenamento inadequado
Umidade			Monotonia e repetitividade Outras situações causadoras de stress físico e/ou psíquico	Animais peçonhentos Outras situações de risco que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes

Fonte: Portaria nº 25 de 29 de dezembro de 1994, anexo IV da NR 05

mas laborais visando assim ao aumento da segurança do trabalho rural.

De outro lado, muitas vezes o trabalhador não percebe o risco ocupacional a que está submetido ou se acostuma com esse risco, ou seja, de acordo com o tempo em que já trabalha na atividade percebe menos seu risco. Nesse aspecto, a informação dos gestores, o cumprimento às normas e o treinamento são primordiais para esclarecer os trabalhado-

res sobre riscos e segurança ocupacional e para diminuir os acidentes laborais do agronegócio. ■

1 Mestrando em Engenharia Agrícola, Universidade Federal de Lavras (Ufla) e professor do Senai-MG e da Fabrai-MG. E-mail: gcda79@yahoo.com.br

2 Doutora em Administração e professora da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: marlusa@ufmg.br

3 Doutor e professor da Universidade Federal de Lavras. E-mail: pchardoin@ufla.br